

# JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

## Renegociação Necessária

Pouco a pouco está se formando no exterior um consenso mais razoável e lógico sobre a dívida externa de países com dificuldades em seus balanços de pagamentos. Há menos de um mês *The New York Times* chamou a atenção para o caso específico do Brasil. O jornal norte-americano propôs mais flexibilidade da parte dos bancos internacionais em suas negociações com as autoridades monetárias e um crédito de confiança a uma Nação cujo papel estratégico na América Latina é fundamental.

Agora, *The Economist*, a publicação britânica que disputa com *The Financial Times* a liderança como porta-voz dos meios econômicos europeus, surge quase no mesmo diapasão. Não importa se o banqueiro Minos Zombanakis, citado pela revista, é ou não uma autoridade mundial para dar conselhos ao FMI e aos países em desenvolvimento. Endossando suas teses, a revista britânica torna mais larga a avenida que os jornais de maior peso em Washington começaram a capinar.

De que se trata, em resumo? Trata-se de reconhecer os enormes ônus que recairão sobre os ombros dos países endividados para rolar suas dívidas externas em cenários de balanços de pagamentos nos quais, não apenas terão de repagar parte do principal devido, mas ainda os juros e dividendos vencidos, tudo isso supondo paralelamente que as operações interbancárias das agências de seus bancos no exterior voltarão a fluir com liquidez como há dez ou doze meses.

A realidade, a crua realidade, é que os bancos comerciais e os bancos de investimento tiveram sua retaguarda fornecedora de fundos retraída, porque os pequenos e médios bancos do interior trancaram suas carteiras, amedrontados pelos espectros de sucessivas falências ou quase-falências de governos. Com essa retaguarda emperrada, e uma alta relação entre seu capital e reservas livres comparados com sua "exposure" internacional, os banqueiros passaram a cobrar *spreads* e comissões ainda mais elevadas para rolar as dívidas dos seus clientes, neutralizando em parte os benefícios da baixa nos juros e criando um clima de

correria para fechar balanços a cada mês, senão a cada semana.

Sugestões têm sido feitas nos mais diversos quadrantes sobre as alternativas. Uma seria levar os países a negociações diretas com governos. Outra é a de recompor o papel do Fundo Monetário, com a qual a revista britânica se alinha. É louvável que neste momento as cabeças mais lúcidas no exterior tenham afinal compreendido que os problemas dos países endividados são também os seus próprios problemas, na medida em que a liquidez do sistema como um todo será afetada por bancarrotas sucessivas ou por agitações sociais capazes de solapar a estabilidade de sistemas políticos em continentes inteiros.

Antes que se inicie a série de reuniões formais dos governadores do Fundo Monetário, que usualmente precedem a assembleia do FMI no início do outono europeu e americano, devem os governos dos países mais industrializados preparar alternativas capazes de fortalecer essa instituição. Trata-se, em linguagem simples, de colocar dinheiro no FMI para permitir que o Fundo possa funcionar como uma instituição de retaguarda mais forte e capacitada. A conversão de dívidas a curtíssimo prazo ou até mesmo de dívidas de médio prazo, via um fundo internacional, em dívidas de longo prazo, a dez, doze, treze anos ou mais, permitiria que os governos envolvidos restabeleçam o mínimo de tranquilidade para rolar seus pagamentos vencíveis e fechar seu balanço de pagamentos fora do vermelho.

A esse quadro somente deve-se acrescentar uma palavra sobre a necessidade das contas federais dos governos envolvidos serem reestruturadas. Enquanto continuarem os déficits públicos e um sentimento de que as empresas estatais tudo podem gastar ou desperdiçar, não será possível implantar um sistema sério de ajuda multilateral. É tempo de o Governo central dotar as autoridades responsáveis de todos os meios para que a administração não se transforme em um condomínio de ministros inflacionários, enquanto uns poucos tentam pôr freios e disciplinar os gastos.